



<https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v13.1074>

Práticas de engajamento e a virtualização da experiência de si: uma análise sobre os novos modos de subjetivação na era dos algoritmos

Engagement practices and the virtualization of the experience of the self: an analysis of the new modes of subjectivation in the age of algorithms

Guilherme Primo¹

Resumo

Este trabalho tem por escopo realizar uma análise dos modos de subjetivação na era dos dispositivos algorítmicos, a partir de uma abordagem contemporânea que se apoia no instrumental teórico elaborado por Michel Foucault, especialmente no que se refere ao estudo das “práticas de si” e da produção de subjetividade, desenvolvido em seus últimos anos de vida. Buscaremos colocar em questão os dispositivos algorítmicos a partir da perspectiva da ambiência, ou seja, como uma racionalidade que produz modalidades de ser e organiza maneiras de fazer, atribuindo ao sujeito o papel de operador dos atos sobre si. Com efeito, não estaríamos diante de processos de rarefação da subjetividade, ou mesmo de sua neutralização, conforme a hipótese de uma “governamentalidade algorítmica”, desenvolvida por Antoinette Rouvroy e Thomas Berns, senão frente a novas modalidades de subjetivação que, por meio de uma tecnomediação informacional, intensificam a relação estabelecida pelo sujeito consigo mesmo. Os dispositivos algorítmicos definem uma *virtualização da experiência de si*, introduzindo todo um conjunto de técnicas de si que reconfiguram as maneiras de falar e conduzir-se, enlaçando a experiência da subjetividade e da identidade às mesmas estruturas que lhes tomam como objeto de saber, análise e intervenção. No domínio virtual das redes sociais, a relação estabelecida pelo sujeito consigo mesmo é mediada pela extração de performances narrativas, por *práticas de engajamento* que atravessam a imagem e as palavras, vinculando, num mesmo movimento, a sujeição do indivíduo e a objetificação de sua interioridade.

Palavras-chave: Engajamento. Subjetivação. Práticas de si. Governamentalidade. Michel Foucault.

¹ Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com bolsa fomentada pela CAPES. Mestre em Filosofia, e Bacharel em Direito, pela mesma instituição.

E-mail para contato: guiprimo_@hotmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7733-4119>.

Abstract

This paper aims to perform an analysis of the modes of subjectivation in the era of algorithmic apparatus, from a contemporary approach that relies on the theoretical tools developed by Michel Foucault, especially with regard to the study of "practices of the self" and the production of subjectivity, developed in his last years of life. We will try to question the algorithmic devices from the perspective of ambience, that is, as a rationality that produces ways of being and organizes ways of doing, assigning to the subject the role of operator of the acts about himself. In effect, we would not be facing processes of rarefaction of subjectivity, or even its neutralization, according to the hypothesis of an "algorithmic governmentality", developed by Antoinette Rouvroy and Thomas Berns, but rather new modalities of subjectivation that, by means of an informational technomediation, intensify the relationship established by the subject with himself. The algorithmic devices define a virtualization of the experience of the self, introducing a whole set of techniques of the self that reconfigure the ways of speaking and conducting oneself, linking the experience of subjectivity and identity to the same structures that take them as an object of knowledge, analysis, and intervention. In the virtual domain of social networks, the relationship established by the subject with himself is mediated by the extraction of narrative performances, by practices of engagement that cross image and words, linking, in the same movement, the subjection of the individual and the objectification of his interiority.

Keywords: Engagement. Subjectivation. Practices of the self. Governmentality. Michel Foucault.

Introdução

A tecnomediação informacional da vida, por meio dos dispositivos algorítmicos, trouxe consigo profundas transformações ao nível das formas de sociabilidade, fazendo emergir novos modos de produção da subjetividade. Na medida em que se referem a aspectos cognitivos, as tecnologias da informação produzem efeitos sobre o regime de sensibilidade, como a linguagem, a memória, e as maneiras através das quais o sujeito percebe a si mesmo e o mundo ao seu redor. De modo que, para além de meras ferramentas ou instrumentos técnicos, os dispositivos algorítmicos podem ser caracterizados como portadores de *modos de existência*, ou seja, enquanto ambientes dentro dos quais formas de vida transcorrem e são produzidas. A difusão dessas infraestruturas de mediação indica a constituição de uma *episteme* fundada na *informação* como princípio organizador de novas formas de saber, de modo a ensejar uma reconfiguração nas modalidades de exercício do poder, e subsumir, destarte, as condições de participação social ao funcionamento de seus mecanismos.

Diante da coleta e análise de dados, e sua posterior reagregação em *perfis*, os dispositivos algorítmicos estimam os desejos e comportamentos de um determinado indivíduo, produzindo um saber específico a partir do qual poderão formular um conjunto de intervenções sobre este mesmo objeto. Entretanto, a extração deste saber não sucede sem que haja a participação subjetiva do objeto no próprio ato de sua dominação: existe aí uma relação dinâmica, e inextricável, entre o dispositivo e o usuário, sendo este último convocado, permanentemente, à exteriorização de seus pensamentos e à verbalização de suas opiniões, atrelando a expressão da própria subjetividade à demanda constante por visibilidade e interação.

Frente a popularização de tecnologias como o *smartphone*, tornou-se cômodo encontrar redes de pertencimento, e construir formas de associação, por via digital, de modo a escoar, para um certo número de plataformas e aplicativos, não apenas o debate público e o agir político, senão também o espaço de definição daquilo que Michel Foucault compreendia como a *substância ética* ou, dito de outro modo, o conjunto de procedimentos em função dos quais se constitui a subjetividade de um indivíduo. Ir a um protesto, opinar sobre a política, posicionar-se diante de assuntos polêmicos e tendências do momento, compartilhar *selfies* e frases motivacionais, “curtir” publicações e fazer comentários, etc... de modo geral, a tecnomediação da vida social pelos dispositivos algorítmicos viabilizou a formação de uma série de *práticas de engajamento* que acenam para uma profunda *transformação na experiência de si* no contemporâneo, estabelecendo procedimentos por meio dos quais a subjetividade se produz mediante uma manifestação permanente, e transparente, de si.

Desta perspectiva, cabe interrogar, os dispositivos algorítmicos (como no caso das redes sociais, por exemplo), não poderiam ser compreendidos como a expressão de *novas modalidades de subjetivação*, por meio de processos de regulação da realidade e normalização das condutas, que abarcam e organizam as formas de vida através de uma gramática informacional? Conforme procuraremos demonstrar neste trabalho, os dispositivos algorítmicos definem uma *virtualização da experiência de si*, introduzindo todo um conjunto de técnicas de si que reconfiguram as maneiras de falar e conduzir-se, enlaçando a experiência da subjetividade e da identidade às mesmas estruturas que lhes tomam como objeto de saber, análise e intervenção. No domínio virtual das redes sociais, a relação

estabelecida pelo sujeito consigo mesmo é mediada pela extração de performances narrativas, por *práticas de engajamento* que atravessam a imagem e as palavras, vinculando, num mesmo movimento, a sujeição do indivíduo e a objetificação de sua interioridade.

1 Práticas de si e a experiência da subjetividade

Retomando, com Michel Foucault, a análise da formação dos modos de subjetivação nos primeiros séculos do cristianismo, especialmente nos dois últimos volumes de *Histoire de la sexualité*, poderíamos dizer que, com um sentido novo, e numa cultura diferente, as *práticas de engajamento* exumam as velhas estruturas que compunham as técnicas do exame-confissão, embora esse movimento se dê, hoje, de maneira inversa: neste caso, a *virtualização da experiência de si* desloca o campo de visibilidade, que se abria no interior do indivíduo por meio de uma hermenêutica dos desejos, para um domínio externo, em que a manifestação da subjetividade se vê continuamente atravessada pelo olhar de uma presença reticulada. A frase de abertura do *feed* de notícias do Facebook, “*What’s on your mind?*” (No que você está pensando?), exprime, de maneira ímpar, essa relação: a exigência, ainda atual, por colocar em palavras tudo aquilo que se refugia nos confins do pensamento e nas dobras da alma.

A presente análise tem por escopo, nesse sentido, indicar que estamos, atualmente, diante de *novas modalidades da experiência de si*, que respondem tanto à composição de novas formas de saber, quanto à renovada disposição das relações de poder, no interior de tais estruturas informacionais. Caso queiramos tomar, a título ilustrativo, alguns dos principais fenômenos histórico-sociais da contemporaneidade, como as expressões mais recentes do conservadorismo e seus desdobramentos – negação da ciência, supressão de todas as formas de alteridade, descrédito nas instituições e no debate democrático, etc. –, veremos que, de maneira geral, o que está em questão não é a verificabilidade de um enunciado ou outro, senão o *engajamento* dele decorrente.

Ao passo em que os dispositivos algorítmicos possibilitaram a mobilização de uma série de discursos anacrônicos e, até então, adormecidos nas páginas da história, também lhes coube viabilizar, em igual medida, uma *intensificação* da relação do sujeito consigo mesmo, por meio de uma regulação dos comportamentos.

Com efeito, pensar o problema através da grade de inteligibilidade das práticas significa retirá-lo da ordem daquilo que é, ou não, racional, e situá-lo na organização, proporcionada por essas estruturas virtuais, das maneiras de fazer e de conduzir-se.

Os movimentos de extrema-direita que se alastraram mundialmente, especialmente na última década, souberam identificar aquilo que é próprio à dinâmica das estruturas algorítmicas: os dados e as informações de um determinado indivíduo lhe são extraídos na mesma medida em que lhe são exigidos certos comportamentos. De modo que não seria conveniente, para uma dada intencionalidade, apenas fazer circular “jogos de verdade”, como diria Foucault, senão extrair uma conduta *engajada* de seus seguidores, em relação a um determinado discurso: trata-se, portanto, não somente de “escolher” entre aquilo que se entende como enunciado verdadeiro (por exemplo, a utilização, ou não, de máscaras; a confiabilidade, ou não, nas vacinas para o coronavírus), mas de extrair do indivíduo um *gesto*, uma *palavra*, ou uma “*confissão*”: a publicação e o compartilhamento de informações falsas; o respaldo a tratamentos comprovadamente ineficazes; mesmo a demonstração, por meio de fotos ou vídeos, de descumprimento de regras sanitárias, etc. *Engajar-se*, portanto, significa envolver-se, comprometer-se, “fazer falar” de si e performar a própria identidade, diante de uma presença incorpórea e fragmentada, ancorando a experiência da subjetividade a uma série de procedimentos, viabilizados, e intensificados, pelos dispositivos algorítmicos.

Lembremos que o termo “dispositivo” (*dispositif*) responde a uma necessidade teórica, identificada por Michel Foucault, diante da insuficiência de suas descrições arqueológicas, até então centradas, especificamente, no âmbito do discursivo, das condições de possibilidade e formação de um saber para um determinado período histórico. Com efeito, o escopo de suas obras posteriores, como *Surveiller et punir* e *La volonté du savoir*, veio a abarcar, com o conceito de dispositivo, a relação estabelecida entre o discursivo e o não-discursivo, ou seja, a rede composta por elementos heterogêneos, como enunciados, instituições, arquiteturas, leis, regramentos, etc., de modo a introduzir uma análise genealógica do poder que descrevesse não somente as transformações de uma *episteme* à outra em seus resultados, mas para analisar, também, o saber em termos de táticas e estratégias.

De modo que, não poderíamos nos furtar de uma análise das novas formas de sociabilidade e subjetivação, na era dos algoritmos, sem nos apropriarmos do instrumental teórico desenvolvido por Foucault, especialmente no que se refere à noção de dispositivo. Seja quando tratava acerca da formação da experiência moderna da sexualidade, seja quando perscrutava o silenciamento da loucura ou o enclausuramento do delinquente, o que estava em questão, ao centro de suas descrições, era o sujeito enquanto corpo habitado por uma rede complexa de relações entre poder e saber. Foucault procurava retirar os mecanismos de poder de onde eles estavam dissimulados, para apresentá-los enquanto operadores de exclusão que, por meio de um discurso considerado “científico”, demarcavam os limites entre a “normalidade” e a “anormalidade”.

Analisar a genealogia do homem de desejo, os procedimentos de medicalização da loucura ou a disciplinarização das prisões, significa conduzir tais objetos, indignos e limítrofes, ao plano da legitimidade, de modo a compreender o poder através do problema do corpo. Ademais, em todos estes casos, falar é uma demanda, e tomar a palavra é o que o poder exige: de maneira que, com a formação dos grandes sistemas de pensamento, como a Modernidade, Foucault identifica o solo por sobre o qual aparecem as individualidades históricas, bem como, desde o qual se definem as figuras da subjetividade ocidental como um todo.

Em suas investigações posteriores, Foucault avança na questão, convertendo o projeto de uma história da sexualidade numa história da ética, “desviando”, assim, de uma confrontação com o poder, para pensá-lo desde as formas do governo de si. Remontando, em seus últimos cursos e publicações, ao cuidado de si na cultura pagã da Antiguidade², bem como à experiência da carne nos primeiros séculos do cristianismo³, Foucault busca indicar que os processos de formação da subjetividade não são naturais, mas históricos, de modo que não haveria uma “verdade” a ser encontrada em nós mesmos, senão uma *relação estabelecida consigo mesmo*.

Em suma, uma ação, para ser chamada “moral”, não deve reduzir-se a um ato ou a uma série de atos conformes a uma regra, uma lei ou um valor. Toda ação moral, na verdade, comporta uma relação com o real onde ela se realiza e uma relação ao código ao qual se refere. Porém, ela implica também certa relação a si mesmo (*rapport à soi*). Essa relação não é simplesmente “conhecimento de si”, mas constituição de si (*constitution*

² FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité. t. III: Le souci de soi*. Paris: Éditions Gallimard, 1984.

³ FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité t. IV: les aveux de la chair*. Paris: Éditions Gallimard, 2018.

de soi) como “sujeito moral”, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que segue, fixa certo modo de ser que quererá como realização moral de si mesmo. E, para fazê-lo, atua sobre si mesmo, empreende o conhecimento de si, se controla, se põe à prova, aperfeiçoa-se, se transforma⁴.

Aquele que confessa, por exemplo, não está apenas falando ou produzindo um saber sobre si, mas constituindo a si mesmo como “sujeito moral”, circunscrevendo em si mesmo aquilo que constitui o objeto, e objetivo, das práticas morais, de modo a definir a sua posição em relação aos preceitos escolhidos, e assegurar a realização dos mesmos através de determinadas condutas. As práticas de si, que se desenvolveram com a pastoral cristã, operam de modo a vincular o sujeito à palavra e à verdade, por meio de procedimentos de ruptura com a própria identidade, constituindo um arquétipo das modalidades de subjetivação que, conforme Foucault, são típicas do sujeito ocidental moderno⁵.

Essa fundamental reconversão de suas elaborações teóricas, em direção aos modos de subjetivação e às práticas de si, deu-se, sobretudo, diante da introdução do problema da população e dos dispositivos de segurança (*dispositifs de sécurité*)⁶, em cursos como *Securité, territoire, population* e *Naissance de la biopolitique*, onde Foucault viu-se confrontado com a necessidade de interrogar o tipo de poder que se depreende da noção de *governar*. Porém, segundo o autor, o desenvolvimento de uma tal racionalidade governamental, ou governamentalidade (*gouvernementalité*), não poderia deixar de passar, seja na teoria, seja na prática, “pelo elemento de um sujeito definido a partir da relação consigo mesmo”⁷.

Destarte, colocar em questão a governamentalidade tornar-se-ia indissociável de uma análise das modalidades do *governo de si*, e do papel tributado ao sujeito como operador dos atos de verdade, de modo que o próprio termo “sujeito” adquira, então, um duplo sentido: por um lado, sujeito enquanto objeto de um conhecimento, de um discurso que busca atrelar os gestos e as condutas a uma certa concepção de moral; por outro, sujeito enquanto vinculado, *engajado* à própria identidade, como objetivo de uma série de procedimentos e técnicas que

⁴ FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité. t. II: L'usage des plaisirs*. Paris: Éditions Gallimard, 1984, p. 35.

⁵ FOUCAULT, Michel. *Securité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004, p. 187.

⁶ Idem.

⁷ FOUCAULT, Michel. *L'herméneutique du sujet. Cours au Collège de France (1981-1982)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2001.

demandam, para além da adequação dos gestos a um enunciado, também um trabalho interno, interior ao próprio sujeito.

Dito de outro modo, o interesse de Foucault pelo estudo das práticas de si tinha por finalidade descrever os procedimentos de participação subjetiva de um objeto no mesmo ato de sua própria dominação. Através da grade de inteligibilidade das práticas, Foucault pôde vislumbrar, para além das relações de poder entre sujeitos diferentes, aquelas relações estabelecidas pelo sujeito consigo mesmo, de modo a identificar, com a liberdade ética, uma disponibilidade de condutas e comportamentos que ensejam uma reflexividade na própria constituição subjetiva de si: nesse sentido, de acordo com Foucault, “a liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma reflexa que toma a liberdade”⁸.

Se as determinações sobre um corpo estão saturadas, como no caso do poder soberano sobre seus súditos – basta lembrarmos da ilustração, feita por Foucault, ao início de *Surveiller et punir*, da execução pública de Damiens, em 1757, e o grande espetáculo da punição física, na esteira do desaparecimento do corpo supliciado – não existiria, desde esta perspectiva, uma relação de poder, senão uma relação de dominação. De modo que, para Foucault, a liberdade é a condição sem a qual não poderíamos falar em poder ou sujeito. Pensar o poder, em termos foucaultianos, significa colocar em questão um tipo particular de relação entre os indivíduos e, sobretudo, a relação ética estabelecida por um sujeito para consigo mesmo, de modo a dar forma à própria subjetividade.

2 Para além da governamentalidade algorítmica: práticas de engajamento e a intensificação dos procedimentos de subjetivação

Seguindo os rastros deixados por Foucault, alguns autores e autoras propuseram-se a explorar os efeitos das novas modalidades de produção de saber e exercício do poder, diante do emergir das tecnologias algorítmicas e seus impactos sociais. Num artigo publicado em 2013, intitulado *Gouvernementalité algorithmique et perspectives d’émancipation*, Antoinette Rouvroy e Thomas Berns introduzem a locução “governamentalidade algorítmica”, para se referirem aos dispositivos algorítmicos como ferramentas de análise que têm por objetivo apreender, de maneira imanente e direta, a realidade social, ensejando uma espécie

⁸ FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits IV: 1980-1988*. Gallimard: Paris, 1994.

de “colonização do espaço público por uma esfera privada hipertrofiada”⁹, de modo a imunizar, informacionalmente, a ação normativa contemporânea.

Segundo os autores, os dispositivos algorítmicos operam de modo a favorecer a radicalização das opiniões e o desaparecimento da experiência comum, por meio de um “declínio da reflexividade subjetivante” (*déclin de la réflexivité subjectivante*)¹⁰, ou mesmo, de um “fenômeno de rarefação dos processos de subjetivação” (*phénomène de rarefaction des processus de subjectivation*)¹¹, na medida em que essas novas tecnologias regulam a realidade de maneira imanente, evitando as condições espaciais, temporais e linguísticas de subjetivação.

Os dispositivos da governamentalidade algorítmica completam, assim, ao mesmo tempo, a emancipação dos significantes em relação aos significados (digitalizações, recombinações algorítmicas de perfis) e a substituição dos significantes pelos significados (produção da realidade em contato com o mundo – o único “real” que conta, para a governamentalidade algorítmica, é o real digital)¹².

A governamentalidade algorítmica expurga os sinais de suas significações próprias, através da coleta e análise de dados, produzindo, assim, um saber (ou uma *norma*) automático, descolado de qualquer hipótese prévia, ou de qualquer relação com uma “média”, como no caso da estatística tradicional. “A governamentalidade algorítmica não produz nenhuma subjetivação, ela contorna e evita os sujeitos humanos reflexivos (*elle contourne et évite les sujets humains réflexifs*)”¹³, alimentando-se de dados infraindividuais, insignificantes neles mesmos, criando, assim, modelos de comportamento, ou *perfis*, supraindividuais, “sem jamais interpelar o sujeito, sem jamais convocá-lo a dar-se conta por si mesmo daquilo que ele é, nem daquilo que ele poderia se tornar. O momento de reflexividade, de crítica, de recalcitrância, necessário para que haja subjetivação parece, incessantemente, complicar-se e ser adiado”¹⁴.

Rouvroy e Berns situam sua hipótese, nominalmente, na “terceira modelização do poder analisada por Foucault, a que analisa os dispositivos de

⁹ BERNS, Thomas; ROUVROY, Antoinette. *Gouvernementalité algorithmique et perspectives d’émancipation*. In: Réseaux, n° 177, 2013, p. 167.

¹⁰ Idem, p. 173.

¹¹ Idem, p. 173.

¹² Idem, p. 177-178.

¹³ Idem, p. 173-174.

¹⁴ Idem, p. 173-174.

segurança *de uma perspectiva essencialmente regulatória*¹⁵, adotando uma interpretação que coloca em questão o prevalecimento ontológico das relações *sobre* aqueles indivíduos que elas atravessam, e não propriamente uma ontologia que leve em consideração o sujeito *no centro* desses processos. Parece-nos insuficiente, contudo, que a hipótese de uma governamentalidade algorítmica, fundada numa perspectiva “neutralizadora” dos modos de subjetivação, consiga abarcar os efeitos de saber dessas novas tecnologias, na medida em que se assume, assim, o “lugar” das máquinas, prescindindo, por outro lado, de uma apreciação da parte humana que atravessa a dimensão inumana dos dispositivos algorítmicos.

Essa perspectiva de análise fica muito clara quando Rouvroy indica, de maneira afirmativa, que o escopo crítico do sentido atribuído à hipótese de uma governamentalidade algorítmica não leva em conta as práticas de si no âmbito de tecnomediação da vida pelos dispositivos algorítmicos, exceto quando este governo de si é compreendido como *obstáculo* para a possibilidade de praticar a própria subjetividade. Conforme Rouvroy, “o regime de otimização algorítmica *não é um regime de verdade que obrigaria os sujeitos a falar sob o modo da confissão, do testemunho, da declaração*, mas um regime de indistinção entre os sinais numéricos, a-significantes mas calculáveis, e o mundo”¹⁶.

Numa outra perspectiva, que segue a linha de uma abordagem contemporânea do arcabouço teórico desenvolvido por Foucault, o autor norte-americano Bernard Harcourt, em sua obra *Exposed: desire and disobedience in the digital era*, publicada em 2015, propõe um renovado sentido à questão, buscando identificar as implicações da reorganização do *self* na era digital. Conforme Harcourt, um dos aspectos principais do *self* digital são as narrativas digitais (*digital narratives*) que, de maneira geral, designam os processos por meios dos quais um sujeito narra, a uma presença incorpórea e reticulada, aquilo que é, o que faz, e o que pensa, de modo a dar forma à própria identidade¹⁷, através de uma série de práticas virtuais.

¹⁵ Idem, p. 174-175.

¹⁶ ROUVROY, Antoinette. *Gouverner hors les normes: la gouvernamentalité algorithmique*. In: Lacan Quotidien, v. 733, 2017, p. 2-4.

¹⁷ HARCOURT, Bernard. *Exposed: desire and disobedience in the digital era*. pg. 128. HARCOURT, Bernard. *Exposed: desire and disobedience in the digital age*. Harvard: University Press, 2015, p. 128.

Segundo Harcourt, o aspecto narrativo das estruturas digitais designa uma presença digital confessional (*confessional digital presence*)¹⁸, por meio de atos de auto-revelação (*acts of self-revelation*)¹⁹, em outras palavras, práticas de si que deslocam o campo de visibilidade que se abria no interior do indivíduo (como nas práticas do monasticismo, do exame-confissão, etc., que se desenvolveram na aurora do cristianismo), para um domínio externo e transparente, num dever de exteriorização permanente de um discurso dirigido ao “outro”.

As *dimensões confessionais* desses tempos digitais são marcadas, primeiro, por uma confissão mais pública e exposta. Elas não são mais puramente internas – como a examinação estoica da consciência à noite – nem limitadas a um amante ou a um pastor. Elas são registradas para que os outros as vejam e as escutem. Em segundo lugar, elas têm um elemento de permanência. Elas serão armazenadas em algum lugar, preservadas para sempre. Mesmo que as deletemos ou as apagemos, alguém será capaz de encontrá-las numa parte desconhecida de nosso *drive* ou na nuvem. Elas não são fugazes ou definidas por sua presença como um fenômeno. Elas são gravadas no digital da mesma maneira que uma marca de penitência tatuada em nós pode durar para sempre. Em terceiro lugar, elas são leves e mais maleáveis do que a confissão cara a cara: não há risco de corar, nem linguagem corporal, nem pistas visuais para absorver. O relacionamento com a autenticidade e a ficção é mais solto, mais flexível. Na era digital, nós não somos obrigados a confessar, não somos obrigados a realizar penitência em intervalos – não há regras nem banhos frios. Nós abraçamos a confissão de uma forma mais empreendedora, algo possibilitado e ampliado pela publicidade e alcance dos novos meios²⁰.

Com efeito, os atos de auto-revelação, descritos por Harcourt, não se referem a um *imperativo* por engajamento, ou a uma mera *regulação*, por parte das tecnologias algorítmicas, de produção de narrativas digitais, mas concernem a uma *relação dinâmica entre o usuário e o dispositivo*, na medida em que há uma *normalização*²¹ dessas condutas na esfera digital. Os dispositivos algorítmicos, por meio da coleta, análise e agregação de dados em perfis, não estão dissociados do

¹⁸ Idem, p. 129.

¹⁹ Idem, p. 129.

²⁰ Idem, p. 129 – 130.

²¹ Conforme Foucault, diferentemente da norma, ou de uma normação, que atuava de maneira preambular, procurando tornar as pessoas, os atos e os gestos conforme um modelo de caráter previamente descritivo, a normalização, pelo contrário, opera a partir de uma identificação entre as curvas de anormalidade e normalidade, com o propósito de administrar essas distribuições e fazê-las funcionar, umas em função das outras. “Temos aqui, portanto, uma coisa que parte do normal e que se serve de certas distribuições consideradas, se vocês quiserem, como mais normais que outras, mais favoráveis, em todo caso, que outras. São essas distribuições que servirão de norma. A norma é um jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e é a norma que se deduz dele, ou é a partir deste estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, eu diria que não se trata mais de uma normação, mas sim, num sentido estrito, enfim, de uma normalização”. FOUCAULT, Michel. *Securité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004, p. 65.

comportamento, ou do envolvimento, dos sujeitos que ali interagem de modo a articular a própria identidade ao funcionamento dessas estruturas virtuais. Trata-se menos de uma exigência, do que de uma *sugestão*, ou de um *estímulo*, por *práticas de engajamento*, diante da singular disposição dessas formas imanentes de produção de saber, cujo funcionamento depende, fundamentalmente, da interatividade e da conectividade entre os seus objetos de conhecimento.

Num sentido muito semelhante, Paula Sibilia busca designar a época atual como limítrofe entre a passagem de um regime de poder para outro projeto político, em cujo movimento transformam-se as formas de ser e estar no mundo. A tecnomediação da vida pelos dispositivos algorítmicos engendrou um modelo de mundo que, sobretudo, estimulou novas formas de subjetivação, em que a experiência de si como “eu” está vinculada à condição de narrador do sujeito²², visto que a autoconstrução da identidade se desloca, dos limites internos, em direção a uma exteriorização permanente.

Sibilia atribui, a essas novas modalidades de subjetivação, a alcunha de práticas confessionais²³, em que o sujeito que fala é operador dos atos de verdade sobre si, construindo identidades efêmeras, tão verdadeiras quanto falsas, mas que são, sobretudo, *visíveis*. Nesse sentido, indaga a autora, “Qual é a principal obra que produzem os autores-narradores dos novos gêneros confessionais da internet? Tal obra é um personagem chamado *eu*, pois o que se cria e recria incessantemente nesses espaços interativos é a própria *personalidade*”²⁴. A subjetividade, no âmbito dos dispositivos algorítmicos, torna-se plástica e mutante, buscando satisfazer as narrativas produzidas virtualmente.

A partir dessas perspectivas de análise, verifica-se, portanto, a inextricável relação dinâmica entre os dispositivos algorítmicos e seus usuários, por meio de uma demanda constante por interatividade e engajamento. Para além de seus aspectos regulatórios que, conforme sustentam Rouvroy e Berns, denotariam uma “rarefação nos processos de subjetivação”, os dispositivos algorítmicos parecem suscitar, pelo contrário, um conjunto de práticas que *intensificam* a relação do sujeito consigo mesmo, designando um espaço onde formas de vida acontecem e são produzidas. Ainda que a linguagem algorítmica tenha por finalidade a extração

²² SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008, p. 31.

²³ Idem, p. 26.

²⁴ Idem, p. 234, grifo da autora.

de um saber, bem como, sua posterior recomposição em perfis, de modo a *influenciar* certas escolhas e decisões de um indivíduo, isso não parece indicar, contudo, um *evitamento* da flexibilidade dos sujeitos, ou uma neutralização da sua capacidade de subjetivação, senão uma *permanente manifestação de si*, através da normalização de procedimentos de elaboração e ruptura com a própria identidade.

3 Virtualização da experiência de si

Dentre alguns aspectos dessa dinâmica, poderíamos sustentar, primeiramente, que, prescindindo de aspectos corpóreos ou temporais, a esfera digital subsume o sujeito a uma relação distorcida tanto com a alteridade, quanto consigo mesmo. Perde-se em interafetividade, na medida em que as relações, mediadas por mecanismos algorítmicos, sucedem a partir de avatares incorpóreos, reduzindo a circulação da afetabilidade aos limites do *perfil* virtual.

Para compreendermos a fragmentariedade dos afetos virtuais, retomemos, ainda que brevemente, Gilles Deleuze, em seu famoso *Post-scriptum sur les sociétés de contrôles*, publicado em 1990. Nesse texto, Deleuze busca amparar o argumento de que o século XX testemunhou uma crise das instituições disciplinares, cujo declínio anunciou uma mutação nas modalidades de poder, com a “instalação progressiva e dispersa de um novo regime de dominação”²⁵, uma *sociedade de controle*: marcada não mais pela composição de domínios analógicos, com a distribuição do espaço e a ordenação do tempo (através dos quais um mesmo indivíduo circulava), senão pela flexibilidade de espaços metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação.

Conforme Deleuze, “os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante, que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro”²⁶. Para exprimir de maneira mais clara essa nova modalidade de poder, Deleuze indica que as sociedades disciplinares possuíam dois polos: a *assinatura*, que designava um indivíduo, e a *matrícula*, que apontava sua posição numa massa, descrevendo, assim, um poder que era ao mesmo tempo

²⁵ DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sur les sociétés de contrôles*. In: *L'autre journal*, v. 1, 1990.

²⁶ Idem.

massificante e individualizante, porquanto atrelava, num corpo único, todos aquele sobre os quais se sobrepunha, ao passo que moldava, individualmente, cada membro desse corpo.

Nas sociedades de controle, por outro lado, não se está mais diante de uma assinatura, ou mesmo de uma matrícula, mas de uma *cifra (chiffre)*, ou senha, caracterizadas por uma linguagem numérica, que marcam ou acesso, ou não, à informação.

Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se “dividuais”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou “bancos”. É o dinheiro que talvez melhor exprima essa distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro – que servia de medida padrão –, ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações que fazem intervir como cifra uma percentagem de diferentes amostras de moeda. A velha toupeira monetária é o animal dos meios de confinamento, mas a serpente o é das sociedades de controle. Passamos de um animal a outro, da toupeira à serpente, no regime em que vivemos, *mas também na nossa maneira de viver e nas relações com outrem*²⁷.

Esta nova composição das modalidades do poder, vislumbrada, ou como que pressagiada por Deleuze, antes do alvorecer do século XXI, veio a permear a vida, e as relações em geral, de modo a suscitar uma *mutação* nos fluxos de circulação da afetabilidade entre os diferentes indivíduos, *intensificada* com o emergir de tecnologias algorítmicas, que possibilitaram a normalização de formas de presença fragmentárias, reticuladas e dispersas. No caso das redes sociais, por exemplo, a dimensão espacial é a mesma para todos os usuários, subsumidos à ubiquidade do virtual, em que se está, num mesmo momento, em todos os lugares, e em lugar algum. Entretanto, a composição dos perfis, por meio da análise e mineração de dados, redistribui a espacialidade virtual, fabricando “pequenos universos” para cada usuário, ou seja, modulando seu horizonte de interatividade de acordo com perfis que com ele se assemelham – de modo a gerar, assim, um maior engajamento, bem como um maior lucro para as plataformas, com a venda de dados agregados. O que leva, não somente, a uma apresentação da realidade por meio de fatos diferentes, senão, também, a consolidação da resistência ao contraditório e às opiniões divergentes. A cisão do espaço virtual em micro-realidades, paralelas umas às outras, impulsiona a interatividade, proporcionando um ambiente confortável

²⁷ Idem.

para o desenvolvimento de performances narrativas que não encontram oposição, ao passo em que intensificam, no sujeito, a construção de um senso de identidade.

Nesse sentido, no que se refere à relação do sujeito para consigo mesmo, a virtualização da experiência de si demanda uma nova forma de composição da própria identidade, de modo a desmembrar o indivíduo em duas corporeidades distintas (uma analógica, *offline*, e outra virtual, *online*), ainda que vinculadas por um mesmo nome. Essas duas corporeidades remetem uma à outra, algo como um “duplo informático”, que multiplica o indivíduo, emprestando-lhe um si mesmo (*self*) adicional, fragmentando-o e, posteriormente, recompondo-o.

Pablo Rodríguez, em sua obra *Las palabras en las cosas*, publicada em 2019, procura investigar a mutação epistêmica que descreve a crise do humanismo e a ascensão da informação como técnica, cultura e conceito, bem como as estratégias de poder que atravessam o governo algorítmico e a otimização da vida. Fazendo referência a Deleuze, em *Post-scriptum*, o autor considera que

[...] esse suposto “duplo informático”, que é bastante consistente com a primeira imagem que emprega Deleuze em “*Post-scriptum*” (os indivíduos convertidos em dividuals frente as massas convertidas em bancos de dados), não seria exatamente um espelho, senão mais uma multiplicação, uma fragmentação e explosão de dados que em breve, mais tarde, encontrará o indivíduo do qual supostamente provém, e ao qual supostamente volta. O dividual nomearia, então, esse longo processo de mediação informacional, onde haverá que se ver se o indivíduo resultante da “dividualização” é o mesmo do qual se havia partido. A ele se atribui parte do destino (*suerte*) do dividual como modo de subjetivação²⁸.

Essa perspectiva coloca em questão a possibilidade de observarmos, com o paradigma das sociedades de controle, as modulações flexíveis que permeiam a decomposição do indivíduo, mediante uma cisão no seu interior, ora infinitamente divisível, e redutível a dados e sinais numéricos. No âmbito das tecnologias informacionais, que intensificam esse processo de decomposição, os indivíduos já não poderiam ser considerados, conforme Pablo Rodríguez, como “individuais”, “mas o que os fazem indivíduos, ao final do processo, será o resultado de alguma sorte de ‘dividuação’: transformação de indivíduos em dados e recomposição posterior que tem como resultado outro indivíduo relacionado mas, em princípio, não igual ao indivíduo antes de ser transformado”²⁹.

²⁸ RODRÍGUEZ, Pablo. *Las palabras en las cosas*. Saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019.

²⁹ Idem, p. 453.

A virtualização das relações introduziu, igualmente, uma alteração na vivência do tempo, na medida em que as interações sucedem no âmbito de uma temporalidade desalinhada. A distância entre uma mensagem e uma resposta, ou entre a publicação de um conteúdo e suas conseqüentes reações, pode ser de poucos segundos, até muitas horas, dias ou semanas. Na relação virtual, não se está diante da presença da alteridade e do tempo do mundo: o que se tem, pelo contrário, é o encontro de singularidades dessincronizadas, interagindo dispersamente. O tempo, na esfera virtual, é como que “distendido”, segmentado em camadas, através das quais o usuário recebe, e distribui, pequenas porções de afetabilidade. *Relações-pílula*, assim poderíamos chamá-las, para evocar o aspecto fracionário da interatividade virtual, que atrela os valores pessoais – e a percepção que um sujeito constrói sobre si mesmo, e sobre a própria identidade –, a pequenas doses de aprovação social (curtidas, corações, comentários, etc.).

Os dispositivos algorítmicos articulam, deste modo, um grande conjunto de práticas sociais, renovando as modalidades de subjetivação. De acordo com Rodríguez, “a modulação e a otimização, o trabalho afetivo-info-comunicacional [...], apelam a um trabalho sobre o subjetivo que tem diferença em relação às configurações disciplinares e biopolíticas tradicionais. É o momento do *dividual*”³⁰. A *virtualização da experiência de si* refere-se, então, ao escoamento das modalidades de subjetivação para o domínio virtual, especialmente diante do aporte das redes sociais, fazendo ingressar o performativo na vida cotidiana, e designando o *perfil* como espaço privilegiado para a constituição mesma da identidade: “Nos casos analisados por Foucault na última parte de sua vida, e durante seu périplo pela Antigüidade greco-romana, a subjetivação consistia na elaboração de interlocutores em relação com uma *psique* ou alma. Agora essas instâncias de interlocução seriam os perfis ‘digitais’ [...]”³¹.

Essas formas de subjetivação, outrora analisadas por Foucault, são *sobrepujadas*, diante de “um marco epistêmico no qual a vida e máquina entram numa relação de intimidade e reversibilidade inéditas para a episteme moderna, e muito mais para as ciências humanas”³². Com os dispositivos algorítmicos, a experiência da subjetividade encontra-se, desta forma, vinculada a uma

³⁰ Idem, p. 448.

³¹ Idem, p. 460.

³² Idem, p. 450.

virtualização das práticas de si, revelando o sujeito como um *ato*, ou uma *produção*, por meio de processos cambiantes de identificação³³: “o fato fundamental em todo esse processo é que o *dividual*, como modo de subjetivação ‘ativo’, se realiza numa complexa *interatividade* com máquinas que aprendem, modificam seu comportamento e comunicam com uma precisão notável: máquinas quase humanas”³⁴.

O que define, portanto, o funcionamento dos dispositivos de tecnomediação informacional, são as *práticas de engajamento*, tanto naquilo que se referem à interatividade e conectividade com outros usuários, ou *perfis* virtuais, quanto na intensificação das relações, permanentemente exteriorizadas e transparentes, estabelecidas pelo sujeito consigo mesmo. A disposição fragmentária, ou *dividual*, dos modos de subjetivação, por meio dos dispositivos algorítmicos, introduziu uma nova experiência de si, imediatamente virtual, cujos desdobramentos se dão, em igual medida, sobre o mundo analógico, ou *offline*, atrelando a conduta e os comportamentos à satisfação dos gestos performativos sobre a própria identidade.

Considerações finais

A tecnomediação da vida pelos dispositivos algorítmicos aponta para uma maneira específica de produção de subjetividade, ensejando novas formas de identidade, de natureza fragmentária, ou *dividual*, articuladas desde uma contínua demanda por interatividade, e pela produção de performances de caráter narrativo. Procuramos denominar esse conjunto de procedimentos como *práticas de engajamento*, com a finalidade de indicar o aspecto *dinâmico* que se configura *entre o usuário e o dispositivo*, na medida em que as modalidades de saber, e os efeitos de poder, que derivam das tecnologias algorítmicas, se fundam, primariamente, na relação estabelecida pelo sujeito tanto com uma alteridade reticulada, quanto consigo mesmo.

As práticas de engajamento exumam as técnicas confessionais, de obrigação ritualizada da manifestação de si, – que constituíram, desde os primeiros séculos do cristianismo, o arquétipo das modalidades de subjetivação no Ocidente –, revelando, sobretudo, a íntima ligação, ainda atual, entre o sujeito, a palavra e a

³³ Idem, p. 358

³⁴ Idem, p. 461, grifo nosso.

verdade. De modo que, para além de uma perspectiva que tome os dispositivos algorítmicos por seu aspecto estritamente regulatório, como é o caso da hipótese de uma “governamentalidade algorítmica”, desenvolvida por Antoinette Rouvroy e Thomas Berns, gostaríamos de colocá-los em questão desde a perspectiva da ambiência, ou seja, enquanto espaços onde formas de vida acontecem e são produzidas.

Conforme vimos, retomando Foucault, o governo dos outros, ou a governamentalidade, não poderia deixar de passar pelo elemento de um sujeito definido a partir de uma relação estabelecida consigo mesmo. O significado da figura do assujeitamento está no paradoxal movimento que relaciona o ato de governar, e de conduzir um objeto numa determinada direção, à participação subjetiva deste objeto no ato de sua própria dominação.

Com efeito, os dispositivos algorítmicos demandam uma série de procedimentos por parte do sujeito sobre si mesmo, de modo a cindir um mesmo indivíduo em duas corporeidades distintas – uma virtual, e outra analógica –, que se comunicam através de gestos performativos. É preciso confessar, objetificar a própria interioridade num ato de exteriorização, articulando a manifestação da verdade de si ao olhar analítico, e permanente, de uma presença incorpórea e pulverizada, no mesmo movimento em que se é objeto de conhecimento, análise e intervenção. A questão que se coloca, portanto, é da ordem das *práticas*: a conduta, o gesto, o comportamento ou, para os fins deste trabalho, o *engajamento*, no exercício da própria subjetividade, que, com o aporte das redes sociais – dispositivos algorítmicos por excelência –, deslocou-se da interioridade dessa experiência de si, para uma virtualização transparente e contínua, transformando, de maneira singular, os modos de ser e perceber o mundo.

Referências

BERNS, Thomas; ROUVROY, Antoinette. *Gouvernementalité algorithmique et perspectives d’émancipation*. In: Réseaux, nº 177, 2013, p. 163-196.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sur les sociétés de contrôles*. In: L’autre journal, v. 1, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.

FOUCAULT, Michel. *Securité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Du gouvernement des vivants. Cours au Collège de France (1979-1980)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2012.

FOUCAULT, Michel. *L'herméneutique du sujet. Cours au Collège de France (1981-1982)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité. t. I: La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité. t. II: L'usage des plaisirs*. Paris: Éditions Gallimard, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité. t. III: Le souci de soi*. Paris: Éditions Gallimard, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité. t. IV: Les aveux de la chair*. Ed. Frédéric Gros. Paris: Éditions Gallimard, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits IV: 1980-1988*. Gallimard: Paris, 1994.

HARCOURT, Bernard. *Exposed: desire and desobedience in the digital age*. Harvard: University Press, 2015.

RODRÍGUEZ, Pablo. *Las palabras en las cosas. Saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019.

ROUVROY, Antoinette. *Gouverner hors les normes: la gouvernementalité algorithmique*. In: Lacan Quotidien, v. 733, 2017, p. 2-4.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.

Recebido em: 02/09/2022.

Aprovado em: 04/04/2022.

Publicado em: 14/11/2022.